

DESAFIOS DA DOCÊNCIA NA REDE PÚBLICA DO ENSINO MÉDIO DE GUANAMBI E PALMAS DE MONTE ALTO: CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA

Clébison da Silva Souza¹

E-mail: souzaclebison89@gmail.com

Ana Lara dos Santos Caetano de Oliveira*

Dameres Meira Nascimento Santos*

Universidade do Estado da Bahia

RESUMO

Observa-se que, ao longo dos anos, as escolas públicas do Território de Identidade Sertão Produtivo localizadas no estado da Bahia se encontram em uma situação que carece de atenção e de políticas educacionais que sejam eficientes no combate às contrariedades que permeiam a relação professor-aluno existente nesses espaços. O objetivo deste estudo é refletir acerca das principais problemáticas vivenciadas por profissionais da educação e de como o corpo educacional se move a fim de buscar amenizar os impactos das adversidades na vida dos alunos e demais membros do corpo institucional de ensino. Os dados desta pesquisa foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com a participação de três professores, sendo dois deles do Ensino Médio da cidade de Guanambi² e um de Palmas de Monte Alto³ que atuam nas respectivas escolas, Colégio Estadual Governador Luiz Viana Filho e Colégio Estadual Anísio Teixeira. O estudo apontou falta de motivação por parte dos estudantes em relação ao ensino e que os professores não têm recebido a valorização merecida, principalmente, no que se refere às condições necessárias para a formação continuada, um dos fatores importantes para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade.

Palavras-chave: Desafios. Docência. Ensino Médio. Rede Pública.

INTRODUÇÃO

A docência na rede pública do Ensino Médio desempenha um papel fundamental na formação dos estudantes e no desenvolvimento social de uma comunidade. Porém, é visível como este ensino está sendo defasado pela sociedade, pois enfrenta inúmeros desafios que comprometem a qualidade e estrutura das escolas da rede pública do Ensino Médio. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), o Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica e tem como propósito fundamental promover a formação integral dos

¹Discente do curso de Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Campus XII – Guanambi-BA

*Discentes do curso de Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Campus XII – Guanambi-BA

²Guanambi é uma cidade localizada no sudoeste do estado da Bahia e sua população estimada possui cerca de 85.353 habitantes e está há 676 quilômetros de distância da capital do estado, Salvador (IBGE, 2021).

³Palmas de Monte Alto é uma cidade localizada no sudoeste da Bahia e sua população estimada possui cerca de 21.840 habitantes e se encontra há 720 quilômetros de distância da capital do estado, Salvador. (IBGE, 2021).

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Práticas Pedagógicas

16 a 19 de agosto

estudantes. Seu objetivo é prepará-los não apenas para o exercício pleno da cidadania, mas também para a continuidade dos estudos e a inserção no mercado de trabalho.

Dessa maneira, o Ensino Médio busca desenvolver indivíduos autônomos e engajados, capazes de desempenhar um papel ativo e significativo na sociedade em que estão inseridos. O presente artigo tem como objetivo refletir acerca das principais problemáticas vivenciadas por profissionais da educação e de como o corpo educacional se move a fim de buscar amenizar os impactos das adversidades na vida dos alunos e demais membros do corpo institucional de ensino. Sendo tal tema por sua vez, oriundo a partir de uma atividade desenvolvida no componente curricular Núcleo de Pesquisa e Prática Pedagógica II do curso de Pedagogia do *Campus XII*, Guanambi, Bahia.

REFERENCIAL TEÓRICO

O atual estado das escolas públicas de Ensino Médio de modo generalizante, sem adentrar em pormenores, é de deterioração, levando em consideração a reflexão a partir do contexto de ensino e preparo dos profissionais docentes dentro de um sistema estrutural das relações dentro do corpo escolar por meio das relações de poder. Conseqüentemente, corrobora à não universalização dessa etapa da Educação Básica que se legitima exclusivamente na reprodução das desigualdades escolares e sociais dentre desse contexto.

Segundo Krawczyk (2013, p.754), “as deficiências atuais do ensino médio no país são expressões da presença tardia de um projeto de democratização da educação pública no Brasil ainda inacabado”. Percebe-se que algumas deficiências como a desvalorização salarial dos professores e do ensino; a alienação decorrente do uso massivo de tecnologias como um novo meio de transmissão de informações por parte dos discentes; a desmotivação dos alunos; a falta de infraestrutura nas escolas; a ausência de identidade definida do Ensino Médio e a dicotomia no seu papel social, que por sua vez são conseqüências de um projeto universal e democrático de ensino médio inacabado que historicamente esteve centrado a atender as necessidades científicas e intelectuais de uma classe dominante.

Paralelo a isso, temos como uma das expressões máximas de tal problemática a dicotomia do Ensino Médio que é legitimada na sua ausência de identidade definida, visibilizando assim, uma discussão sobre o real papel social dessa etapa da Educação Básica.

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Projetos em Educação
Pública

16 a 19 de agosto

Com efeito, serve à inserção dos discentes no mercado de trabalho, assim como a sociedade e a mídia neoliberal narram, além de ser utilizado como condição de acesso ao ensino universitário de educação.

Sabemos que o mercado de trabalho pode ser constituído em dois grupos principais, a saber: os dirigentes altamente qualificados (termo usado por Krawczyk), e os trabalhadores operários, que são facilmente substituíveis. Logo, se refletirmos de fato qual deveria ser a verdadeira identidade do ensino médio, faz-se necessário destacar que ele se incumbe teoricamente de possibilitar um maior acesso até o ensino universitário, dando aos alunos a oportunidade de transgredirem contra sua triste realidade. Para tal, o Ensino Médio não deve ser somente um ensino técnico e/ou profissionalizante, mas sim que forneça aos discentes um pensamento crítico e que valorizem os diferentes tipos de inteligências que se fazem presentes ao longo do desenvolvimento humano.

Alheio a tal contexto, temos a atual reforma do Ensino Médio que foi aplicada a partir da Lei 13.415/2017 e promulgada pelo governo Temer com a proposta de atender as necessidades dos alunos. Dialogando de acordo com o pensamento de Ferretti (2018, p.26), temos dois pontos para a flexibilização do currículo proposto pelo governo: 1.º) a baixa qualidade de ensino ofertado no país; e 2.º) a necessidade de torná-lo atrativo aos alunos, em face dos altos índices de abandono e de reprovação escolar.

De acordo com o autor, essas seriam as principais justificativas que o governo teria dado para a nova reforma do Ensino Médio. Mas de que maneira essas justificativas poderiam ser válidas diante da realidade de nosso Ensino Médio nas redes públicas de ensino? Os colégios públicos encontram-se de fato sucateados, sem infraestrutura básica, sem produtos de higiene suficientes, desconsiderando a existência dos alunos que passam por insegurança alimentar dentro das mesmas instituições de ensino. Para além disso, Ferretti (2018) contrapõe a segunda justificativa evidenciando que o índice de desistência e reprovação está atrelado à realidade dos alunos que compõe as estatísticas de estudantes trabalhadores e/ou trabalhadores estudantes que necessitam trabalhar a fim de complementarem a sua renda familiar.

Diante disso, o estudante trabalhador e/ou trabalhador estudante que é movido a trabalhar em tempo integral ou meio período devido às suas reais necessidades, teria que recorrer ao período noturno para conseguir conciliar a jornada de trabalho com os estudos, além de finalizar seu ciclo educacional básico, estando ameaçado de ficar à margem. Ademais, de ter



o seu valor subjugado, ilustrando assim, por tal contexto, a discussão sobre a real identidade do Ensino Médio que se encontra indefinida e se de fato ele realmente contempla as necessidades das camadas populares da sociedade por meio do seu currículo.

ASPECTOS METODOLÓGICOS E SOBRE OS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Este artigo é resultado de uma pesquisa proposta pela disciplina Núcleo de Pesquisa e Prática Pedagógica II do curso de Pedagogia do Campus XII da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Em suma, esta produção consiste em uma pesquisa de abordagem qualitativa. Segundo Silveira e Córdova (2009, p. 31-32), visa “aprofundar a compreensão de um grupo social”, sem se deter na “representatividade numérica”. Essa perspectiva analisa “aspectos da realidade que não podem ser quantificados, concentrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. Como instrumento metodológico para a coleta dos dados evidenciados na investigação foram realizadas três entrevistas semiestruturadas, gravadas e transcritas.

Foram entrevistados três professores da rede pública de Ensino Médio do estado da Bahia, sendo eles: Professora Alice, Professora Helen e o Professor Paulo. É importante mencionar que foram alterados os nomes dos professores entrevistados a fim de manter a sua descrição, sendo a Professora Alice e Professora Helen docentes do Colégio Estadual Governador Luiz Viana Filho, situado na cidade de Guanambi-BA, e o Professor Paulo, docente do Colégio Estadual Anísio Teixeira, localizado na cidade de Palmas de Monte Alto-BA. Além disso foram realizadas as devidas correções léxicas.

As entrevistas foram realizadas por meio de um roteiro previamente elaborado com a intenção de visibilizar: a formação destes docentes; o tempo em que atuam na sala de aula; os desafios que eles encontram no seu local de atuação; como eles lidam com estes desafios, dentre outros.

Na sequência traremos algumas informações complementares sobre os participantes da pesquisa. A professora Alice é formada em Letras com habilitação em Língua Inglesa pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus VI, situado na cidade de Caetité. Além da sua graduação, ela também é especialista em Produção de Texto e Literatura. Atua na docência há 30 anos no Colégio Estadual Governador Luiz Viana Filho e, atualmente, exerce a docência nas turmas de 3º ano no turno matutino e no noturno, na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Projetos em Educação

16 a 19 de agosto

A segunda a ser entrevistada foi a professora Helen, formada em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e Língua Inglesa. É Bacharela em Direito pelo Centro Universitário UniFG, localizado na cidade de Guanambi-BA, e mestranda em História e Memória pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Trabalha há 23 anos, de igual modo, no Colégio Estadual Governador Luiz Viana Filho onde exerce a docência nas turmas de 3.º ano com as disciplinas História e Filosofia. Além disso, ela também possui carga horária de 20 horas semanais na cidade de Matina, onde leciona História para as turmas de 6.º ano a 9.º ano.

Por fim, o último a ser entrevistado foi o professor Paulo, que possui formação superior em Educação Física pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XII, Guanambi-BA, além de ser especialista em Educação Física Escolar. Ele atua como docente há 16 anos, sendo 5 anos de atuação no Colégio Estadual Anísio Teixeira onde trabalha com as turmas do 1.º ano ao 3.º ano, nos turnos matutino, vespertino e noturno.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos evidenciaram que os professores se sentem profissionalmente realizados enquanto profissionais da educação, porém, paralelo a isso, percebe-se a existência da frustração em alguns aspectos, tendo em vista a imaturidade dos alunos em relação a importância do conhecimento, de acordo com a professora Alice:

[...] A imaturidade dos meninos com relação a importância do conhecimento mesmo, para mim é o fator que mais pesa é a falta de desejo de aprender. A falta de desejo de crescer, de sair do zero, de buscar melhor qualidade de vida. E a gente ouve muito a crítica de que professor deve estimular, deve motivar o aluno. (Professora Alice, entrevista, set. 2023)

O professor Paulo também disserta sobre o assunto quando diz que “a questão da falta de motivação da maioria dos discentes perpassam [...] pela falta de atitude para tentar cobrar pelos seus direitos para entender e conscientizar que esses desafios afetam diretamente a sua formação”.

Tendo como pressuposto o contexto em que tais alunos se encontram inseridos, sendo os mesmos envolvidos em uma realidade de estar à margem, é necessário questionarmos: quais são as condições materiais, psicológicas, emocionais dos nossos alunos? Como são os seus cotidianos? Tais reflexões ajudam-nos a compreender mais profundamente o processo ensino e aprendizagem. Conhecer a negação de direitos básicos e humanos por instâncias de forças

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Projetos em Educação
e Ciências da Linguagem
e da Comunicação

16 a 19 de agosto

maiores, que, por sua vez, pode reverberar em desmotivação frente as atividades propostas em sala de aula, nesse sentido é de suma importância que a escola saiba recuperar esses valores que se encontram presentes nos significados que atravessam as não aprendizagens dos alunos.

A professora Alice, no que diz respeito às adversidades no tangente ao aprendizado por parte dos alunos em sala de aula, diz que “[...] aí também que está a resposta para o que eu sou, eu sou uma professora que é competente porque eu vejo o resultado do aluno e o não resultado do aluno também espelha, de certa forma, a uma incompetência em mim”. É importante trazer tal pensamento à tona, levando em consideração que ele não diz respeito a uma incompetência no trabalho docente, tendo em vista que, em última instância, o processo do aprendizado é um fenômeno individual que é de responsabilidade do aluno desenvolver.

Posterior aos enfrentamentos perceptíveis na sala de aula, os professores utilizam como estratégia de confronto a condução ao pensamento crítico em relação à importância do conhecimento para a formação humana, assim como evidencia a professora Hellen: “ Fazemos malabarismo, [...] Nós tentamos de várias maneiras chamar esses alunos para perto, a fim de que não ocorra um maior índice de evasão escolar”. Esta estratégia tem por finalidade última possibilitar a real inclusão dos alunos na dinâmica escolar, considerando a perspectiva de mobilidade social por intermédio das discussões acerca do tema, além de contextualizar as obras apresentadas em sala de aula com a realidade vivenciada pelos discentes, dentre outras ferramentas utilizadas por parte dos professores.

Estamos aqui agora, inserindo o novo ensino médio, está uma catástrofe, porque este não condiz com as avaliações públicas. O aluno está dentro da escola hoje com as eletivas e disciplinas que tiraram o foco dos componentes curriculares convencionais. Porém, quando o aluno chega para prestar o ENEM, o que é cobrado? O convencional. (Professora Alice. entrevista, set. 2023)

É também posto em campo que a escola pública é utilizada como laboratório de testes educacionais por parte do governo, que desconsidera de forma impetuosa a verdadeira realidade do alunado brasileiro quando implementam aquilo que é dito como “inovador”. Por sua vez, não possui muita eficácia no combate à reprodução das desigualdades escolares que ocorrem no âmago do corpo educacional sistematizado, analisando a partir da intencionalidade de implementar um novo modelo de Ensino Médio. Percebe-se que este traz consigo novas disciplinas, o que resulta na perda de foco das disciplinas convencionais do currículo do Ensino

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Projetos em Educação
e Políticas da Bahia

16 a 19 de agosto

Médio ainda que o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) não abranja as novas disciplinas, mantendo o seu foco assim apenas nas disciplinas convencionais.

Outro fator importante, perceptível no diálogo com os professores entrevistados, é de que ainda há uma grande desvalorização do trabalho docente não apenas no Território de Identidade Sertão Produtivo, mas em todo o país. Os professores não possuem tempo suficiente para estudar e se dedicarem a realizar uma formação continuada, impedindo assim que possam exercer a docência de forma plena, pois ser docente é ser um profissional ontologicamente inacabado para o mercado de trabalho. Em outras palavras, a formação continuada é uma exigência para um melhor desempenho por parte do profissional de educação em sala de aula. Alheio a essa problemática, os professores evidenciam a necessidade de uma valorização financeira para os serviços prestados ao estado.

De modo generalizado, o posicionamento dos professores acerca das atitudes tomadas por parte do estado ainda é ineficaz para solucionar um problema tão complexo como a desmotivação do aluno que é decorrente também das desigualdades escolares. Segundo a professora Alice, as políticas educacionais não são criadas visando atender as demandas da classe popular menos favorecida, pois não lhe dá condições estruturantes para que tenha possibilidade de produzir melhor para si e para o seu próximo.

Findando essa discussão, é importante citar que as principais problemáticas que permeiam o corpo escolar não consistem apenas em uma questão comportamental por parte dos alunos, falta de incentivo para a formação continuada e desvalorização do trabalho docente no país. Mas envolve toda uma complexidade derivada de fatores históricos, sociais e culturais presentes desde a gênese da nossa construção identitária, a começar pela extensa jornada de trabalho do docente que impossibilita de muitos terem uma formação continuada que irá agregar em sua performance em espaços formais e não formais enquanto educador. Além de poder possibilitar uma melhor qualidade de ensino aos seus alunos.

CONCLUSÃO

A partir deste estudo, foi compreendido por meio da reflexão acerca dos dados evidenciados na pesquisa, algumas dificuldades enfrentadas pelos docentes da rede pública estadual (Ensino Médio), que resultam em uma frustração profissional em relação ao ser docente. Foi possível identificar a desvalorização do trabalho docente, levando em consideração

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Projetos em Educação
e Políticas da Bahia

16 a 19 de agosto

que as políticas educacionais também precisam incluir os desafios de tal profissão, sendo, dentre elas, a mais perceptível entre os entrevistados, a dificuldade de conciliar o trabalho com a formação continuada. Ademais, ter disponibilidade de tempo para aprofundar nos estudos, de modo a dar continuidade a sua formação que é inacabada, pois o docente é um profissional incompleto que necessita ir se constituindo conforme a demanda educacional que a sociedade exige.

É importante destacar que a falta de valorização da importância do conhecimento por parte dos alunos é consequência de causas maiores e mais complexas que estão para além dos mesmos, configurando-se pela ausência de assistência governamental, que tem deixado a escola pública “desgovernada”. Por fim, é válido enfatizar que este tema carece de estudos mais aprofundados, de modo a contribuir com o debate acerca das questões diversas que atravessam o contexto educacional, sobretudo no Ensino Médio.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de novembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 248, p. 1-12, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 25 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Portal da Legislação**, Brasília, 16 fev. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm>. Disponível em: 15 nov. 2017. » http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 25 set 2023.

FERRETTI, Celso. João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, v. 32, n 93, p. 25-42. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/RKF694QXnBFGgJ78s8Pmp5x/?lang=pt>. Acesso em: 25 set. 2023.



GERHARDT, Tatiana Engel; RAMOS, Ieda Cristina Alves; RIQUINHO, Deise Lisboa; SANTOS, Daniel Labernarde dos. Estrutura do projeto de pesquisa. *In*: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil - UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica - Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. P. 65-89.

KRAWCZYK, Nora. Reflexão sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n.144, p. 752–769, set/dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/mq5QhqMxcsdJ9KfDZjqLmtG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 set. 2023.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. **A pesquisa científica**. *In*: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de Pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil - UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica - Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-42.